

REGIME SANCIONATÓRIO
DOS PRESTADORES DE CUIDADOS DE SAÚDE SEM CONVENÇÃO COM A ADSE, I.P.

Nos termos do disposto nos artigos 3.º, alínea g), e 6.º, alínea i), do Decreto-Lei n.º 7/2017, de 9 de janeiro, e do artigo 45.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, e com a finalidade de assegurar a devida responsabilidade e cumprimento das obrigações legais e regulamentares por parte dos prestadores de cuidados de saúde com relações com beneficiários da ADSE, estabelece-se o presente Regime Sancionatório dos prestadores de cuidados de saúde sem convenção com a ADSE, I.P.

Este regime tem como objetivo estabelecer os critérios de graduação das infrações cometidas pelos prestadores de cuidados de saúde nas suas relações com a ADSE, I.P., e com os seus beneficiários, bem como fixar as sanções que lhe possam ser aplicadas.

Considerando que a atuação da ADSE, I.P., no cumprimento das suas funções e na garantia de acesso dos beneficiários aos cuidados de saúde, implica a manutenção de elevados padrões de qualidade e responsabilidade na prestação dos serviços, este regulamento pretende promover um sistema eficiente, justo e equilibrado, de forma a assegurar a conformidade com as obrigações dos prestadores, prevenir infrações e proteger os interesses da Administração e dos seus beneficiários.

Assim, ao adotar este regime, a ADSE, I.P., visa assegurar a legalidade e a equidade no exercício da sua função sancionatória, criando um ambiente de confiança e compromisso entre todos os intervenientes no sistema de saúde, com vista ao cumprimento integral das suas obrigações perante o Estado e os seus beneficiários.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto e âmbito de aplicação

- 1 – O presente regime estabelece o procedimento interno de aplicação de sanções às entidades prestadoras de cuidados de saúde que, não tendo celebrado convenção com a ADSE, I.P., prestem cuidados de saúde a beneficiários da ADSE.
- 2 – A aplicação do presente regime sancionatório rege-se pelos princípios gerais da atividade administrativa, designadamente os princípios da legalidade, da proporcionalidade, da causalidade, e do contraditório.

Artigo 2.º

Deveres dos prestadores

- 1 – Ainda que sem convenção com a ADSE, I.P., nas suas relações com beneficiários da ADSE, os prestadores de cuidados de saúde têm o dever de:
 - a) Respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade profissional;

- b) Fornecer aos beneficiários da ADSE toda a documentação necessária ao pedido de reembolso;
- c) Emitir faturas ou recibos com todos os elementos legalmente exigidos;
- d) Prestar informações verdadeiras e completas sobre os atos médicos realizados;
- e) Respeitar o sigilo profissional e a confidencialidade dos dados dos beneficiários;
- f) Colaborar com a ADSE, I.P., nos procedimentos de verificação e auditoria;
- g) Não praticar atos fraudulentos ou lesivos dos interesses da ADSE, I.P., ou dos seus beneficiários.

2 – O incumprimento das obrigações previstas no número anterior constitui infração sancionável nos termos do presente regime.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Artigo 3.º

Infrações leves

1 – São consideradas infrações leves os incumprimentos pontuais e de menor gravidade que não comprometem significativamente os direitos dos beneficiários ou os interesses da ADSE, I.P.

2 – Constituem infrações leves, nomeadamente:

- a) Atrasos ou omissões menores na documentação fornecida aos beneficiários;
- b) Incorreções formais em faturas ou recibos que não impeçam o processamento do reembolso;
- c) Falta de cooperação pontual com pedidos de esclarecimento da ADSE, I.P.;
- d) Irregularidades administrativas de reduzida gravidade.

Artigo 4.º

Infrações graves

1 – São consideradas infrações graves os incumprimentos que afetam materialmente os direitos dos beneficiários ou os interesses da ADSE, I.P., sem comprometerem a segurança dos cuidados de saúde.

2 – Constituem infrações graves, nomeadamente:

- a) Emissão de documentação com informação incompleta ou incorreta dificulte o reembolso aos beneficiários (entre 5% e 15% dos casos);
- b) Sobrefaturação, faturação de atos não realizados ou outros procedimentos suscetíveis de causar prejuízo, à ADSE, I.P., ou aos seus beneficiários, até ao valor de 5.000 €;
- c) Recusa injustificada fornecimento de documentação aos beneficiários;
- d) Não cooperação com os procedimentos de verificação da ADSE, I.P.;
- e) Prestação de informações falsas ou enganosas sobre atos médicos realizados;
- f) Reincidência em infrações leves (3 ou mais ocorrências em 12 meses).

Artigo 5.º

Infrações muito graves

1 – São consideradas infrações muito graves os incumprimentos que comprometem os direitos dos beneficiários, a segurança dos cuidados de saúde ou constituem violações éticas ou legais significativas.

2 – Constituem infrações muito graves, nomeadamente:

- a) Sobrefaturação ou faturação de atos não realizados ou outros procedimentos suscetíveis de causar prejuízo, à ADSE, I.P., ou aos seus beneficiários, de valor superior a € 5.000;
- b) Emissão sistemática de documentação falsa ou fraudulenta (mais de 15% dos casos);
- c) Prestação de cuidados inadequados, negligentes ou que ponham em risco a saúde dos beneficiários;
- d) Violação grave do sigilo profissional ou da confidencialidade dos dados pessoais;
- e) Exercício da atividade sem as qualificações, inscrições ou autorizações legalmente exigidas;
- f) Recusa sistemática de cooperação com a ADSE, I.P. ou obstrução aos procedimentos de verificação;
- g) Associação com outros prestadores para a prática de atos abusivos ou fraudulentos;
- h) A prática de atos criminosos relacionados com a atividade e devidamente comprovados;
- i) Reincidência em infrações graves (3 ou mais ocorrências em 24 meses).

CAPÍTULO III

SANÇÕES

Artigo 6.º

Tipos de sanções

As sanções aplicáveis aos prestadores são as seguintes, por ordem crescente de gravidade:

- a) Advertência registada;
- b) Suspensão temporária do processamento de reembolsos;
- c) Inibição definitiva do processamento de reembolsos.

Artigo 7.º

Advertência registada

- 1 – A advertência registada aplica-se às infrações leves.
- 2 – A advertência registada consiste em comunicação escrita ao prestador, identificando:
 - a) Os factos constitutivos da infração e o historial de incumprimentos;
 - b) As normas violadas;
 - c) As consequências do incumprimento;
 - d) As medidas corretivas a adotar;
 - e) O prazo para correção.
- 3 – A advertência é registada no sistema de informação da ADSE, I.P., para efeitos de controlo interno de reincidência.

Artigo 8.º

Suspensão temporária

- 1 – A suspensão temporária consiste na cessação do processamento pela ADSE, I.P., dos pedidos de reembolsos apresentados aos beneficiários relativamente a despesas efetuadas junto do prestador sancionado.
- 2 – A suspensão temporária aplica-se:
 - a) À reincidência em infrações leves (2 ou mais ocorrências em 24 meses);
 - b) A infrações graves;

c) A situações que exijam medidas cautelares para proteção dos beneficiários ou dos interesses da ADSE, I.P.;

3 – A duração da suspensão temporária é fixada entre 180 dias e 2 anos, em função da gravidade da infração e das circunstâncias do caso concreto.

4 – Na fixação da duração da suspensão temporária, são considerados os critérios de graduação previstos no artigo 11.º.

5 – A suspensão temporária produz os seguintes efeitos:

a) A ADSE, I.P., não processa reembolsos aos beneficiários relativos a despesas realizadas durante o período de suspensão junto do prestador sancionado;

b) A impossibilidade de dar entrada no sistema dos pedidos de reembolsos de documentos emitidos pelo prestador sancionado é bloqueado;

c) A informação aos beneficiários e a publicitação no sítio da Internet da ADSE, I.P. da suspensão do prestador e das suas consequências.

6 – A suspensão temporária não prejudica:

a) O processamento de reembolsos relativos a despesas efetuadas antes da data de início da suspensão, desde que devidamente documentadas;

b) O direito de regresso da ADSE, I.P., por montantes indevidamente pagos.

7 – Aplica-se à suspensão temporária o disposto no artigo 22.º, com as necessárias adaptações.

Artigo 9.º

Inibição definitiva

1 – A inibição definitiva consiste na exclusão definitiva do prestador do sistema de reembolsos da ADSE, I.P., com a cessação definitiva do processamento de quaisquer reembolsos aos beneficiários.

2 – A inibição definitiva aplica-se:

a) À reincidência em infrações graves;

b) A infrações muito graves;

c) À prática de fraude com prejuízo superior a 15.000 €;

d) À reincidência após duas suspensões temporárias;

e) A situações de incapacidade permanente para o exercício da atividade, devidamente comprovada.

3 – A inibição definitiva produz os seguintes efeitos:

a) Cessação imediata do processamento de reembolsos aos beneficiários relativos a despesas com o prestador inibido;

b) Inscrição do prestador na lista de inibição definitiva, publicada no portal da ADSE, I.P.;

c) Notificação às ordens profissionais e ou às autoridades competentes;

d) A informação aos beneficiários e a publicitação no sítio da Internet da ADSE, I.P. da suspensão do prestador e das suas consequências;

4 – A inibição total não prejudica o processamento de reembolsos relativos a despesas efetuadas antes da data da decisão, desde que devidamente documentadas e não relacionadas com a infração que determinou a sanção.

5 – Decorridos 5 anos da aplicação da inibição total, o prestador pode requerer a reabilitação, nos termos do artigo 22.º.

Artigo 10.º

Medidas cautelares

- 1 – Em situações de indícios de fraude ou de prejuízo grave e iminente para os interesses da ADSE, I.P., pode ser determinada a suspensão cautelar imediata do processamento de reembolsos, com posterior regularização procedimental.
- 2 – A suspensão cautelar deve ser fundamentada e notificada de imediato ao prestador e comunicada aos beneficiários, com indicação:
 - a) Dos factos que a justificam;
 - b) Do prazo de duração (não superior a 90 dias);
 - c) Do direito de audição prévia urgente (não superior a 7 dias).
- 3 – Durante o período de instrução do procedimento sancionatório, pode ser determinada a suspensão cautelar do processamento de reembolsos quando se verificarem indícios fundados de:
 - a) Faturação fraudulenta ou sobrefaturação sistemática;
 - b) Prestação de cuidados inadequados ou negligentes;
 - c) Violação grave das obrigações previstas nos artigos 4.º e 5.º;
 - d) Prejuízo económico significativo para a ADSE, I.P., ou para os beneficiários.
- 4 – A suspensão cautelar durante a instrução determina que:
 - a) Os pedidos de reembolso relativos a despesas efetuadas com o prestador durante o período de suspensão não são processados enquanto decorrer o procedimento;
 - b) Os pedidos ficam retidos no sistema de informação da ADSE, I.P., aguardando decisão final;
 - c) Os beneficiários são informados da suspensão cautelar e da retenção dos reembolsos.
- 5 – Se for aplicada sanção ao prestador, os reembolsos retidos durante o período de suspensão cautelar:
 - a) Não serão pagos aos beneficiários, relativamente aos atos ou períodos abrangidos pela infração sancionada;
 - b) Serão objeto de análise casuística para determinar quais as despesas legitimamente suportadas e não relacionadas com a infração;
 - c) Apenas serão processados os reembolsos de despesas comprovadamente legítimas e não viciadas pela infração.
- 6 – Se não houver lugar à aplicação de sanção, por arquivamento do procedimento ou decisão absolutória:
 - a) Todos os reembolsos retidos durante o período de suspensão cautelar serão imediatamente processados e pagos aos beneficiários;
 - b) O processamento será efetuado com carácter prioritário, no prazo máximo de 10 dias úteis após a decisão de não aplicação de sanção.
- 7 – A decisão de suspensão cautelar não prejudica a instauração ou o curso do procedimento sancionatório e pode ser revista a qualquer momento se cessarem as razões que a determinaram.
- 8 – O prestador pode requerer, a todo o tempo, o levantamento da suspensão cautelar, mediante prova da cessação das causas que a determinaram.
- 9 – Se a suspensão cautelar se mantiver por período superior a 90 dias sem que seja proferida decisão final, o processo deve ser remetido ao dirigente máximo para decisão urgente sobre a manutenção ou levantamento da medida.

CAPÍTULO IV

CRITÉRIOS DE GRADUAÇÃO

Artigo 11.º

Princípio da individualização

As sanções devem ser individualizadas em função das circunstâncias concretas de cada caso, respeitando os critérios de graduação estabelecidos no presente regime.

Artigo 12.º

Critérios gerais de graduação

Na graduação das sanções, a ADSE, I.P., terá em conta:

- a) A gravidade objetiva da infração;
- b) A gravidade da culpa do prestador;
- c) A dimensão do prestador e a sua capacidade económica;
- d) O prejuízo causado aos beneficiários e à ADSE, I.P.;
- e) As vantagens obtidas pelo prestador com a infração;
- f) O grau de colaboração com a ADSE, I.P.;
- g) O comportamento anterior do prestador;
- h) As circunstâncias atenuantes e agravantes.

Artigo 13.º

Circunstâncias agravantes

São consideradas circunstâncias agravantes:

- a) Reincidência: repetição de infrações, ainda que de natureza diferente;
- b) Premeditação: planeamento ou organização prévia da conduta infratora;
- c) Prejuízo elevado: danos patrimoniais ou não patrimoniais significativos para os beneficiários ou para a ADSE, I.P.;
- d) Valor económico: montante envolvido na infração, especialmente se superior a 5.000 €;
- e) Duração prolongada: persistência da conduta infratora no tempo;
- f) Resistência à correção: omissão, recusa de colaboração ou obstrução aos procedimentos da ADSE, I.P.;
- g) Multiplicidade de beneficiários afetados: extensão do dano a múltiplos beneficiários;
- h) Complexidade do esquema: utilização de métodos sofisticados ou esquemas organizados para a prática da infração;
- i) Associação: envolvimento de terceiros ou associação com outros prestadores;
- j) Ocultação: tentativa de dissimular a infração ou destruir provas;
- k) Aproveitamento da vulnerabilidade: exploração de situações de particular fragilidade dos beneficiários.

Artigo 14.º

Circunstâncias atenuantes

São consideradas circunstâncias atenuantes:

- a) Ausência de antecedentes: inexistência de infrações anteriores;
- b) Colaboração ativa: cooperação espontânea e efetiva com a ADSE, I.P. na investigação dos factos;
- c) Reparação voluntária: ressarcimento espontâneo dos prejuízos causados antes da decisão sancionatória;

- d) Confissão: reconhecimento espontâneo da infração;
- e) Arrependimento: demonstração de arrependimento e compromisso de não repetição;
- f) Circunstâncias excecionais: situações de força maior ou caso fortuito que tenham contribuído para a infração;
- g) Negligência: atuação sem intenção de prejudicar, em situação de erro desculpável;
- h) Reduzida gravidade: infração de menor gravidade dentro da mesma categoria;
- i) Dimensão reduzida: pequena dimensão da atividade do prestador e limitada capacidade económica;
- j) Correção imediata: adoção imediata de medidas corretivas após a deteção da infração.

Artigo 15.º

Ponderação das circunstâncias

- 1 – Na aplicação das sanções, devem ser ponderados conjuntamente as circunstâncias agravantes e atenuantes.
- 2 – A existência de múltiplas circunstâncias agravantes pode determinar:
 - a) A aplicação da sanção no limite máximo previsto para a infração;
 - b) A elevação da sanção para o escalão imediatamente superior, quando tal se justifique;
 - c) A notificação às ordens profissionais e ou às entidades com competência reguladoras ou com competências inspetivas.
- 3 – A existência de múltiplas circunstâncias atenuantes pode determinar:
 - a) A aplicação da sanção no limite mínimo previsto para a infração;
 - b) A redução excecional da sanção para o escalão imediatamente inferior, em casos devidamente fundamentados;
 - c) A substituição da suspensão temporária por repreensão registada com condições especiais.

CAPÍTULO V

PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 16.º

Instauração do procedimento

- 1 – O procedimento sancionatório é instaurado:
 - a) Por iniciativa da ADSE, I.P., na sequência de auditorias, inspeções ou análise de reclamações;
 - b) Por denúncia de beneficiários ou de terceiros;
 - c) Por comunicação de outras autoridades ou entidades competentes.
- 2 – A instauração do procedimento é determinada por despacho fundamentado do dirigente competente, que identifica:
 - a) Os factos indiciadores da infração;
 - b) As normas alegadamente violadas;
 - c) A sanção potencialmente aplicável;
 - d) O responsável pela instrução do procedimento.
- 3 – O despacho de instauração é notificado ao prestador no prazo de 10 dias úteis.

Artigo 17.º

Fase de instrução

- 1 – A fase de instrução destina-se à recolha de todos os elementos probatórios relevantes para a decisão.
- 2 – Durante a instrução, podem ser realizadas as seguintes diligências:
 - a) Análise documental das faturas, recibos e outra documentação relevante;
 - b) Audição de beneficiários ou testemunhas;
 - c) Solicitação de pareceres técnicos ou periciais;
 - d) Pedido de colaboração ao prestador;
 - e) Requisição de elementos a outras entidades públicas ou privadas;
 - f) Quaisquer outras diligências necessárias ao apuramento dos factos.
- 3 – O prestador tem direito a:
 - a) Aceder ao processo e consultar todos os documentos;
 - b) Apresentar documentos, testemunhas e outros meios de prova;
 - c) Requerer a realização de diligências instrutórias;
 - d) Fazer-se acompanhar de mandatário.
- 4 – A fase de instrução deve ser concluída no prazo de 90 dias, prorrogável por igual período em casos de especial complexidade.

Artigo 18.º

Audiência prévia

- 1 – Concluída a instrução, é elaborado relatório fundamentado com o projecto de decisão, que é notificado ao prestador para audiência prévia, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do CPA.
- 2 – O relatório deve conter:
 - a) A descrição detalhada dos factos apurados;
 - b) A qualificação da infração;
 - c) A proposta de sanção e respetiva fundamentação;
 - d) A indicação dos critérios de graduação aplicados;
 - e) A referência aos meios de prova.
- 3 – O prestador dispõe de um prazo não inferior a 10 dias úteis para se pronunciar, que pode ser alargado até 20 dias úteis em casos de especial complexidade ou elevado volume documental.
- 4 – Na sua pronúncia, o prestador pode:
 - a) Contestar os factos imputados;
 - b) Apresentar justificações ou esclarecimentos;
 - c) Invocar circunstâncias atenuantes;
 - d) Juntar novos documentos ou elementos de prova;
 - e) Requerer diligências complementares;
 - e) Pronunciar-se sobre a sanção proposta e sua adequação.

Artigo 19.º

Decisão

- 1 – Após a audiência prévia, o processo é remetido ao Conselho Diretivo da ADSE, I.P., para decisão.
- 2 – A decisão deve ser proferida no prazo de 30 dias contados do termo do prazo de audiência prévia.

- 3 – A decisão sancionatória deve ser fundamentada e conter:
- a) A identificação do prestador;
 - b) A descrição dos factos provados;
 - c) A qualificação jurídica da infração;
 - d) A indicação das normas violadas;
 - e) A sanção aplicada e respetiva fundamentação;
 - f) Os critérios de graduação ponderados;
 - g) A data de início e, quando aplicável, de termo da sanção;
 - h) A indicação dos meios de defesa e respetivos prazos;
 - i) A identificação da autoridade que proferiu a decisão.
- 4 – A decisão é notificada ao prestador no prazo de 5 dias úteis, por uma das seguintes formas:
- a) Notificação eletrónica, quando o prestador tenha indicado endereço eletrónico;
 - b) Carta registada com aviso de receção;
 - c) Notificação pessoal.

Artigo 20.º

Execução da sanção

- 1 – As sanções são executadas após decisão final.
- 2 – A execução da advertência e da repreensão registada consiste na comunicação formal ao prestador e no respetivo registo interno da ADSE, I.P.
- 3 – A execução da suspensão temporária e da inibição definitiva implica:
- a) A atualização imediata do sistema de informação da ADSE, I.P.;
 - b) A cessação da receção de pedidos de reembolsos relativos ao prestador durante o período de aplicação da sanção;
 - c) A publicação da lista de prestadores sancionados no sítio da Internet da ADSE, I.P., nos termos do artigo 24.º;
 - d) A comunicação aos beneficiários, através de aviso na *newsletter* e de outros meios adequados;
 - e) A notificação às ordens profissionais e ou entidades competentes, quando aplicável.
- 4 – Durante a execução da sanção, a ADSE, I.P., avalia o cumprimento das medidas corretivas impostas, quando aplicável.

CAPÍTULO VI

RESPONSABILIDADE E CONSEQUÊNCIAS

Artigo 21.º

Responsabilidade civil

- 1 – A aplicação das sanções previstas no presente regime não prejudica:
- a) A responsabilidade civil do prestador pela reparação de todos os danos causados aos beneficiários ou à ADSE, I.P.;
 - b) O direito de regresso da ADSE, I.P., para recuperação de montantes indevidamente pagos;
 - c) A responsabilidade criminal, quando os factos sejam suscetíveis de consubstanciar a prática de crime.

- 2 – Os montantes indevidamente obtidos pelo prestador e objecto de reembolso aos beneficiários devem ser restituídos à ADSE, I.P., no prazo de 90 dias a contar da notificação da decisão sancionatória, acrescidos de juros de mora à taxa legal em vigor, contados desde a data da apropriação indevida.
- 3 – O não pagamento no prazo estabelecido determina a remessa do processo para cobrança coerciva.

Artigo 22.º

Reabilitação

- 1 – O prestador que tenha sido objeto de inibição total pode requerer a reabilitação decorridos 5 anos sobre o trânsito em julgado da decisão sancionatória.
- 2 – O pedido de reabilitação deve demonstrar:
- a) A cessação definitiva das causas que determinaram a inibição;
 - b) A adoção de medidas corretivas adequadas e eficazes;
 - c) A reparação integral dos prejuízos causados;
 - d) Garantias credíveis de cumprimento futuro das obrigações legais e regulamentares;
 - e) A manutenção de conduta irrepreensível durante o período de inibição.
- 3 – O pedido de reabilitação é apreciado pelo Conselho Diretivo da ADSE, I.P., mediante parecer dos serviços competentes.
- 4 – A decisão sobre o pedido de reabilitação é notificada ao prestador no prazo de 60 dias.
- 5 – O deferimento do pedido de reabilitação determina:
- a) O levantamento da inibição permanente;
 - b) A remoção da lista de inibição;
 - c) A possibilidade de retoma do processamento de reembolsos, eventualmente com período probatório até 2 anos, durante o qual o prestador fica sujeito a verificação reforçada.
- 6 – O indeferimento do pedido de reabilitação não impede a apresentação de novo pedido decorrido 1 ano.

Artigo 23.º

Comunicação a outras entidades

- 1 – Sem prejuízo do sigilo e proteção de dados legalmente exigidos, a ADSE, I.P. pode comunicar às ordens profissionais competentes as sanções aplicadas aos seus membros, quando tal se justifique.
- 2 – Quando os factos sejam suscetíveis de integrar crime, a ADSE, I.P., participa o facto às autoridades judiciárias competentes.
- 3 – A ADSE, I.P., pode igualmente comunicar as sanções aplicadas a outras entidades públicas gestoras de sistemas de saúde, para efeitos de prevenção e coordenação.

Artigo 24.º

Publicidade

- 1 – A lista de prestadores objeto de suspensão temporária ou inibição total é publicada no sítio da Internet da ADSE, I.P., contendo:
- a) A identificação do prestador;
 - b) O tipo de sanção;
 - c) O período de vigência;
 - d) A natureza genérica da infração.

2 – A publicidade respeita os princípios da proteção de dados pessoais e da proporcionalidade, não podendo conter elementos que excedam o estritamente necessário à informação dos beneficiários.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25.º

Revisão do regime

1 – O presente regime deve ser objeto de revisão periódica, pelo menos de 2 em 2 anos, considerando:

- a) A eficácia das medidas aplicadas;
- b) As alterações legislativas relevantes;
- c) Os dados estatísticos sobre a aplicação das sanções.

2 – A revisão do regime compete ao Conselho Diretivo da ADSE, I.P., mediante proposta dos serviços competentes.

Artigo 25.º

Casos omissos

Aos casos não previstos no presente regime aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

Artigo 26.º

Entrada em vigor

O presente regime entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Conselho Diretivo da ADSE, I.P.
